



5295 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

A terceira idade e sua universidade: contextualizações históricas e conceituais
Marcelo Dante Pereira - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

A terceira idade e sua universidade: contextualizações históricas e conceituais

Resumo

O trabalho se insere na área da Educação de Jovens e Adultos, especificamente no contexto da Educação de Pessoas Idosas, e faz parte do desenvolvimento de uma pesquisa de doutorado. O texto tem como objetivos compreender o processo de constituição do conceito de Terceira Idade e entender como o mesmo veio a disparar um modelo de educação não formal que se instituiu em países de diferentes continentes. Para tanto, optou-se por estudar estas questões em referenciais teóricos da área da Gerontologia que focalizam as suas atenções nas possíveis relações entre envelhecimento e educação. Considera-se nesta investigação que o resgate histórico e conceitual do paradigma da Universidade da Terceira Idade seja fulcral para se interpretar uma das tendências da Educação de Pessoas Idosas no Brasil, tendo em vista o aparecimento deste modelo citado em legislações recentes e a proliferação do mesmo em Universidades públicas e privadas.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos; Envelhecimento; Educação na Terceira Idade.

Introdução

Numa primeira ação desta pesquisa de doutorado optou-se por analisar o lugar da Educação de Pessoas Idosas (EPI) em legislações gerais, e específicas da educação, aprovadas desde o processo de redemocratização até o presente momento. Como resultado, foi possível visualizar que poucas das leis analisadas incluíram as palavras idosos, velhos, ou terceira idade e as relacionaram com educação ou com processos de ensino e aprendizagem. Constatou-se também que a forma como a educação de idosos veio a aparecer nestas legislações foi por meio de artigos que indicavam a criação e/ou estímulo às chamadas Universidades da Terceira Idade (U3A).

Contudo, foi possível perceber que esta perspectiva de educação já era realizada por muitas Instituições Universitárias anteriormente à consagração das Leis estudadas. Assim, faz-se necessário compreender melhor este modelo de educação não formal, que apesar de não fazer parte das ações tipicamente consideradas como Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, pode envolver pessoas que frequentaram ou que poderiam estar nas salas de aula desta modalidade educacional. Assume-se neste texto, que a EPI porta inúmeras visões negativas oriundas de representantes políticos ou mesmo da sociedade como um todo, seja partilhando dos mesmos preconceitos empregados à EJA, ou seja recebendo as análises estereotipadas feitas à velhice num país no qual o envelhecimento da população é um fenômeno recente do ponto de vista histórico.

Partindo das sólidas pesquisas acadêmicas já realizadas na história da EJA, entende-se como verdadeiro e gravíssimo os diversos preconceitos aos quais os educandos jovens e adultos foram submetidos. De modo que não será o intuito do trabalho descrevê-los, mas sim identificar outros estereótipos negativos empregados especificamente à população idosa. Para tanto, selecionou-se alguns autores da Gerontologia que há algumas décadas vêm se ocupando em estudar os referidos processos.

As perspectivas interdisciplinares da Gerontologia possibilitam o encontro de outras representações relacionadas à interpretação dos idosos na sociedade, independentemente de sua formação estudantil. Neri e Cachioni (2004, p. 114) destacaram que a população idosa foi apontada por muitos como uma ameaça à economia e ao sistema previdenciário, um ônus para a população economicamente ativa que precisa financiar a inatividade dos idosos. A imagem da velhice como doença, improdutividade e incapacidade constituiu uma ideia de negação à EPI, na qual os estereótipos sociais e biológicos foram utilizados para justificar que os idosos não conseguiriam aprender, ou para alegar que o investimento financeiro educacional neste público traria pouco retorno (*Id., Ibid., p. 123*).

A constituição do conceito de Terceira Idade

Nas sociedades capitalistas ocidentais a relação da velhice com as conjunturas econômicas internacionais e/ou nacionais de cada país é capaz de produzir diferentes leituras e percepções sobre o que é viver por muitos anos. Em 1978, Ecléa Bosi (2010), publicou a obra "Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos", um denso estudo que classificava a velhice como uma categoria social. A autora demonstrava que independentemente do poder aquisitivo de uma pessoa, muitos idosos procuram se desvencilhar da ideia de improdutividade (*Id., Ibid., p. 77*). Segundo Bosi, os velhos com menor poder aquisitivo poderiam tanto protelar o pedido de aposentadoria quanto regressar ao mundo do trabalho depois de aposentados, ainda que para ganhar vencimentos menores do que recebiam. Enquanto que a tendência dos velhos ricos seria a de comentar o quanto precisaram trabalhar na vida adulta para acumular todo o seu patrimônio na velhice (Cf. *Id., Ibid., pp. 78-79*).

Neste sentido, a velhice não é apenas um acúmulo de anos vividos e não pode ser medida simplesmente pela idade cronológica de um indivíduo. Algumas autoras (CACHIONI, 2004; DEBERT, 2011; PEIXOTO, 2007) vieram a demonstrar por meio de estudos históricos que foi na metade final do século XIX que o envelhecimento passou a ser debatido nas sociedades europeias e estadunidense. Na França deste período, uma das preocupações existentes era a de demonstrar a diferença entre a velhice das classes abastadas da velhice vivida em condições miseráveis pela classe trabalhadora, de modo que "designava-se mais correntemente como velho (*vieux*) ou velhote (*vieillard*) os indivíduos que não detinham estatuto social, enquanto os que o possuíam eram em geral designados como idosos (*personne âgée*)" (PEIXOTO, 2007, p.

71).

Conforme os operários se tornavam velhos e as indústrias os segregavam do mundo do trabalho, estas pessoas eram socorridas por um conjunto de instituições que lhes garantiam a sobrevivência, aumentando ainda mais a ideia do idoso como um dependente dos mais novos (DEBERT, 2011). Apesar de diversos testemunhos evidenciarem a aposentadoria como o término da vida ativa ou mesmo como o início de possíveis depressões (PEIXOTO, 2007, p. 47), foi por meio da organização dos sistemas previdenciários que os pobres, quando envelhecidos, passaram a ter outra identidade na sociedade. O que reforça a noção de que "as categorias de idade são construções culturais e que mudam historicamente" (DEBERT, 2011, s/p).

No período datado entre o término da Segunda Guerra Mundial e as crises internacionais de estagflação da década de 1970, o modelo redistributivo de Estado amparado pelas fórmulas keynesianas permitiu que os países sob a socialdemocracia pudessem rever as antigas e implementar novas políticas sociais de acordo com as demandas que surgiam, tal como o aumento da longevidade da população. No caso francês, Cachioni (2004, p. 144) destacou que os recém aposentados despertaram a criação de programas educacionais que buscavam romper o isolamento e favorecer a sociabilidade.

A criação destas identidades sociais e a renovação financeira vinculadas à aposentadoria fomentaram a criação de uma nova palavra que pudesse repaginar as classificações sociais e gerar outras representações. Criado em solo francês, entre as décadas de 1960 e 1970, o conceito de Terceira Idade passou a abrigar os idosos mais jovens, recém aposentados e capazes de utilizar seus tempos livres de forma ativa, deslocando a palavra Idoso para classificar os velhos com idades mais avançadas, pouco ativos, mas ainda conferindo respeito a estas pessoas. Já a palavra velhos passou a ser evitada por dar a entender a ideia de menosprezo e desrespeito (Cf. PEIXOTO, 2007).

Por mais que as referências utilizadas para a elaboração deste texto não tragam um consenso a respeito do ano exato e de quem cunhou o termo, o mais importante para a pesquisa em curso é constatar a intencionalidade implicada na constituição do conceito, algo que apareceu de maneira simétrica nos autores referenciados. Evidenciando que para além das ideias otimistas de participação e socialização, não se trata de um conceito neutro e desprovido de segundas intenções, tais como o mascaramento de problemas sociais e biológicos do envelhecimento, a criação de novos mercados consumidores, e uma responsabilização do idoso que não buscasse o que o seu próprio bem-estar.

A U3A e a sua rápida disseminação internacional

A perspectiva da Terceira Idade como envelhecimento ativo, dotada de novos padrões de vida, e com vistas à superação dos aspectos negativos da velhice estimulou, dentre tantas ações, a criação da primeira U3A, idealizada por Pierre Vellas em 1973 na Universidade de Ciências Sociais de Toulouse (*Id., Ibid.*). A referida ação contou com uma rápida adesão de pessoas idosas que não precisavam atestar certificações de formações anteriores ou serem aprovados em exames para ingressar na U3A (Cf. SWINDELL; THOMPSON, 1995).

Desenvolvida por meio de palestras abertas, grupos de estudos, oficinas, excursões, e até pela possibilidade de se assistir aulas dos cursos da educação superior, o modelo de U3A logo se disseminou para outras universidades francesas em 1975 e em pouco tempo foi replicado em universidades de outros países da Europa, Estados Unidos e Canadá (*Id., Ibid.*). Cachioni (2004, pp. 145-146) apontou que o modelo idealizado por Vellas consistia em três gerações de gestão e desenvolvimento das atividades, sendo a primeira, realizada por ações planejadas pela universidade e destinadas aos idosos, enquanto que a segunda, consistiria na participação dos idosos na construção e realização das ações, e por fim, na terceira geração as ações seriam totalmente desenhadas e desenvolvidas pelos próprios idosos. De modo que Vellas intencionava que as U3A se constituíssem em centros de pesquisas gerontológicas (*Id., Ibid.*).

No Brasil, a primeira U3A foi criada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que em 1982 estruturou o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) (CACHIONI, 2004). Outras Universidades Públicas de diferentes Estados brasileiros se propuseram a criar as suas iniciativas durante a década de 1980, e com maior ênfase na década 1990, após o sucesso do programa concebido pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Camp).

Considerações

Swindell e Thompson (1995) destacaram em seus estudos que no contexto internacional a disseminação das U3A ocorreu sem a espera do apoio político e financeiro dos governos e de demais órgãos educacionais, possibilitando a rápida expansão do modelo ao mesmo tempo em que o condicionou exclusivamente à saúde financeira das universidades. Esta constatação sugere que o mesmo efeito tenha ocorrido no Brasil, principalmente quando as legislações apenas vieram a indicar a necessidade de se incentivar as U3A, sem demonstrar maiores esforços para a constituição duma política pública. Assim, o viés economicista constatado no conceito de Terceira Idade abre tanto um caminho possível para o desvirtuamento do modelo de U3A quanto a necessidade de uma análise educacional atenta ao papel do Estado na provisão destas ações e ao caráter educacional desenvolvido pelas mesmas.

REFERÊNCIAS

BOSI, E. **Memória e Sociedade. Lembranças de velhos.** 17ª ed. São Paulo: Companhia das Letras: 2010.

CACHIONI, M. Universidade da Terceira Idade: das origens à experiência brasileira. In NERI, Anita; DEBERT, Guita (Orgs.). **Velhice e Sociedade.** 2ª ed. Campinas: Papirus, 2004.

DEBERT, G. G. Velho, terceira idade, idoso ou aposentado? Sobre diversos entendimentos acerca da velhice. **Revista Coletiva**, v. 5, p. <http://www.cole>, 2011.

NERI, A. L.; CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. In NERI, A.; DEBERT, G. (Orgs.). **Velhice e Sociedade.** 2ª ed. Campinas: Papirus, 2004.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In BARROS, Myriam Moraes Lins. **Velhice ou Terceira Idade?** 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SWINDELL, R.; THOMPSON, J. An international perspective on the University of Third Age. **Educational Gerontology**. 21(5), 1995, pp.429-447.